

LANÇAMENTO DA CARTILHA

Proteção e Defesa Civil Municipal

Guia para gestores e cidadãos

Projeto Especial - Estruturas de Proteção e Defesa Civil dos Municípios – MPC/PR

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL MUNICIPAL

GUIA PARA GESTORES E CIDADÃOS



Realização:



COORDENADORIA ESTADUAL
DA DEFESA CIVIL

Apoio:

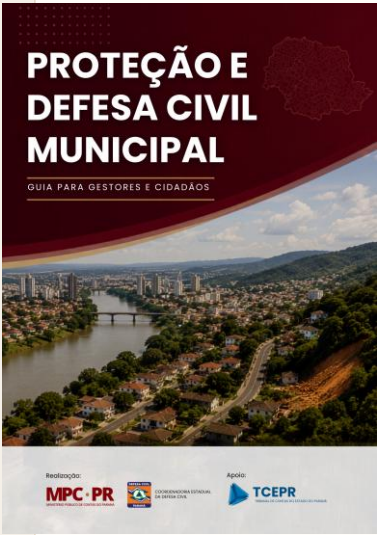


TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

CONHEÇA O GUIA

Acesso, sumário e percurso dos capítulos

PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL MUNICIPAL



Acesse o Guia

www.mpc.pr.gov.br

TEMAS ABORDADOS NA CARTILHA



Sumário

Apresentação.....	4
Capítulo 1 - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil.....	7
Capítulo 2 - Ciclo de Gestão de Riscos e Desastres.....	16
Capítulo 3 - A Responsabilidade dos Municípios.....	22
Capítulo 4 - Como estruturar a Defesa Civil Municipal?.....	29
Capítulo 5 - Como realizar o planejamento e a gestão de riscos?.....	37
Capítulo 6 - O que fazer quando ocorrer um desastre?.....	48
Capítulo 7 - Registrar também é proteger.....	58
Capítulo 8 - Recursos Financeiros.....	68
Capítulo 9 - Caixa de Ferramentas do Gestor Municipal.....	76
Capítulo 10 - Por que investir em prevenção?.....	103
Capítulo 11 - Defesa Civil é responsabilidade de todos.....	108
Capítulo 12 - Checklist do Gestor Municipal.....	114
Capítulo 13 - MPC-PR na Prática.....	117
Capítulo 14 - Conclusão.....	125
Referências Bibliográficas.....	130

GUIA EM SÍNTESE

Apresentação, política nacional, ciclo de gestão, responsabilidades e estrutura municipal

APRESENTAÇÃO

Guia para gestores e cidadãos

Apresentação

Enchentes, enxurradas, deslizamentos, estiagens, vendavais e outras situações que colocam pessoas, comunidades e patrimônios em risco estão cada vez mais presentes na realidade dos municípios brasileiros. Nos últimos anos, a ocorrência de eventos climáticos extremos tem exigido dos gestores públicos uma atuação mais planejada, organizada e preventiva. Afinal, quando um desastre acontece, seus impactos atingem diretamente a população local, os serviços públicos e a própria administração municipal.

É nesse contexto que o tema da Proteção e Defesa Civil vem ganhando destaque a cada dia. No entanto, é importante compreender que sua atuação não começa após o pior acontecer: suas ações abrangem o planejamento, a prevenção, a preparação, a resposta e a recuperação, envolvendo todas as etapas da gestão de riscos e desastres. Trata-se de uma política

CAPÍTULO 1

Política Nacional de Proteção e Defesa Civil



CAPÍTULO 2

Ciclo de Gestão de Riscos e Desastres



CAPÍTULO 3

A Responsabilidade dos Municípios



CAPÍTULO 4

Como estruturar a Defesa Civil Municipal?



GUIA EM SÍNTESE

Do planejamento ao registro oficial: instrumentos que transformam diagnóstico em rotina de gestão

CAPÍTULO 5

Como realizar o planejamento e a gestão de riscos?



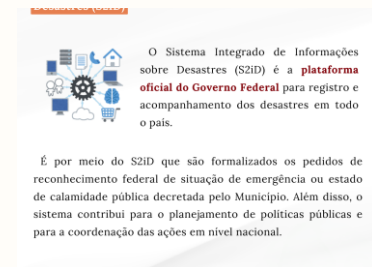
CAPÍTULO 6

O que fazer quando ocorrer um desastre?



CAPÍTULO 7

Registrar também é proteger



CAPÍTULO 8

Recursos Financeiros



CAPÍTULO 9

Caixa de Ferramentas do Gestor Municipal

NORMAS ESTADUAIS: base legal e apoio institucional no âmbito do Estado do Paraná

11) Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil

Lei Estadual nº 18.519/2015

A Lei Estadual nº 18.519/2015 reorganizou o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil (**SEPDEC/PR**), estabelecendo as diretrizes para a atuação articulada entre o Governo do Estado do Paraná e os municípios paranaenses na gestão de riscos e desastres.

GUIA EM SÍNTESE

Prevenção, participação cidadã, checklist e atuação do MPC-PR

CAPÍTULO 10

Por que investir em prevenção?

POR QUE INVESTIR EM PREVENÇÃO?
Cada real investido em prevenção reduz custos futuros de resposta e reconstrução.

Investir em prevenção significa agir antes que o desastre aconteça, identificando vulnerabilidades, planejando intervenções, orientando a população e preparando a estrutura municipal. Além de proteger vidas e patrimônio, a prevenção utiliza melhor os recursos públicos, reduz custos futuros e fortalece o Município.

BENEFÍCIOS DA PREVENÇÃO

- MENOS DANOS HUMANOS**
Mais segurança e proteção para a população
- MENOS PREJUÍZOS ECONÔMICOS**
Redução de perdas materiais e impactos na economia local.
- MENOR INTERRUPÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**
Serviços essenciais funcionam por mais tempo e com continuidade.
- RECUPERAÇÃO MAIS RÁPIDA**
Municípios preparados se recuperam em menos tempo e com menor custo.
- MAIOR SEGURANÇA PARA A POPULAÇÃO**
Condições mais resistentes e qualidade de vida melhor para todos.

CAPÍTULO 11

Defesa Civil é responsabilidade de todos



CAPÍTULO 12

Checklist do Gestor Municipal

Estrutura institucional

- COMDEC instituída por lei municipal
- equipe definida e formalizada
- funções e responsabilidades claramente atribuídas

Planejamento e organização

- Plano de Contingência (PLANCON) atualizado
- Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), quando aplicável
- mapeamento de áreas de risco atualizado
- cadastro de recursos humanos e materiais disponível

Monitoramento e informação

- acompanhamento de condições climáticas
- acesso a sistemas de monitoramento e alerta
- integração com Defesa Civil estadual e órgãos parceiros

Registro e comunicação

- registro de ocorrências no SISDC

CAPÍTULO 13

MPC-PR na Prática

municipal

Emitida em 09 de dezembro de 2025, a Recomendação Administrativa nº 03/2025 do MPC-PR orientou os gestores municipais a fortalecerem suas estruturas de Defesa Civil, com destaque para a criação e regulamentação de **Fundos Municipais de Calamidade Pública**, a adoção de mecanismos de planejamento e preparação e o aperfeiçoamento da capacidade institucional para enfrentar situações de desastre.

O documento destaca que a existência de instrumentos financeiros e administrativos adequados pode conferir maior agilidade e eficiência às ações de resposta e recuperação.

Para acessar a **Recomendação nº 03/2025** na íntegra, [CLIQUE AQUI](#).

Recomendação Administrativa nº 02/2026: registros nas plataformas oficiais CISCAP e CSD

Fortalecimento das Estruturas de Defesa Civil nos Municípios

Diagnóstico inicial sobre planejamento e institucionalização das estruturas locais.



EIXO

Enfoque na gestão territorial e na incorporação da redução de riscos aos instrumentos de planejamento municipal.

MÉTODO

Levantamento normativo e documental e questionários respondidos pelos municípios entre 2024 e 2025, com foco na análise dos instrumentos de planejamento territorial.

PRINCIPAL CONSTATAÇÃO

As respostas indicam possíveis fragilidades na integração da gestão de riscos aos instrumentos de planejamento territorial e de prevenção.

NÚMEROS DO DIAGNÓSTICO

96

municípios consultados

86

respostas recebidas

89,6%

taxa de participação

76%

Não possuem Plano Municipal de Redução de Riscos

62%

não possuem cadastro atualizado das famílias em áreas de risco

63%

Não dispõe de protocolo de preparação e alerta para ações emergenciais

41%

Não possuem levantamento histórico de desastres e informações sobre eventos adversos em seu território

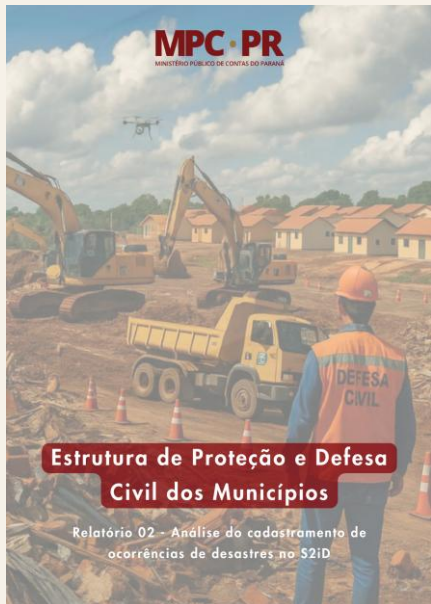


ACESSE

QR Code do relatório

Governança da informação e registros oficiais

Análise da correspondência entre SISDC e S2iD e seus efeitos práticos.



EIXO

Enfoque na governança da informação - registros de desastres entre os sistemas estadual e federal.

MÉTODO

Cruzamento dos registros do SISDC e do S2iD referentes a 2025, complementado pela análise das respostas e da estrutura institucional dos municípios selecionados.

PRINCIPAL CONSTATAÇÃO

Os dados indicam assimetrias no fluxo de registro e reconhecimento de desastres, associadas a fragilidades procedimentais e institucionais no âmbito municipal.

NÚMEROS DO DIAGNÓSTICO

82,4%

das ocorrências registradas no SISDC não foram registradas no S2iD em 2025

R\$ 52,5 mi

em prejuízos estimados nessas ocorrências

R\$ 43,5 mi

em prejuízos relativos a ocorrências sem evidência de registro no S2iD

6.694

pessoas afetadas neste contexto

78,6%

Dos 14 municípios oficiados informaram possuir Coordenador Municipal

35,7%

Informaram possuir estrutura mínima organizada

64,3%

Não obtiveram reconhecimento federal – não cadastraram no S2iD, envio intempestivo ou documentação incompleta

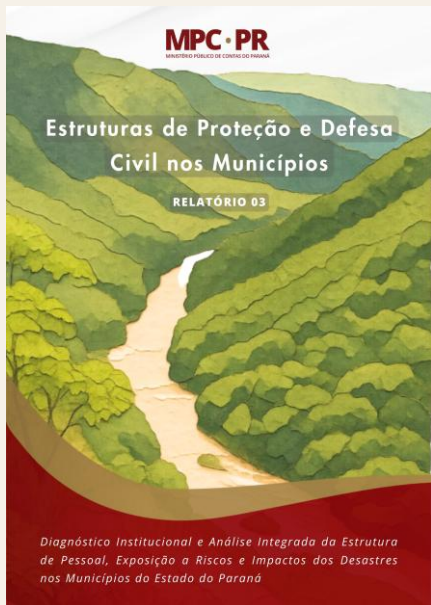


ACESSE

QR Code
do relatório

Estrutura, exposição e impactos nos 399 municípios

Diagnóstico institucional e análise integrada da estrutura de pessoal, recorrência e impactos.



EIXO

Enfoque na estrutura institucional das Defesas Civas municipais, considerada em conjunto com a exposição territorial e os impactos dos desastres.

MÉTODO

Cruzamento de dados sobre estrutura das COMPDECs, recorrência de desastres e impactos sociais e econômicos, a partir de informações do SISDC, CEDEC/PR, IBGE, IPARDES e TCE-PR

PRINCIPAL CONSTATAÇÃO

Ampla exposição dos municípios a desastres e diferentes níveis de estruturação institucional, nem sempre compatíveis com a recorrência e a magnitude dos impactos observados.

NÚMEROS DO DIAGNÓSTICO

399

municípios analisados

397

com registros de ocorrências

5.923

ocorrências entre 2015 e 2025

R\$ 32,5 bi

prejuízos acumulados no período

4,5 mi

pessoas afetadas

69,7%

não contam com estrutura mínima de Defesa Civil

175

municípios com prejuízos acumulados iguais ou maiores que 50% da RCL anual (2025)



ACESSE

QR Code
do relatório

Recomendação Administrativa nº 03/2025

Fundo Municipal de Calamidade Pública

MOTIVAÇÃO

POR QUE A RECOMENDAÇÃO?

- ✓ Aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos
- ✓ Necessidade de respostas rápidas e coordenadas
- ✓ Inexistência do Fundo fragiliza o planejamento
- ✓ Limitação da capacidade de resposta dos Municípios
- ✓ Necessidade de fortalecer a gestão dos recursos destinados à Defesa Civil

FINALIDADE

OBJETIVO

- ✓ Estruturar o Fundo Municipal de Calamidade Pública
- ✓ Garantir recursos para prevenção, preparação e resposta emergencial
- ✓ Assegurar assistência, reconstrução e recuperação
- ✓ Fortalecer o planejamento e a capacidade de resposta municipal

Recomendação Administrativa nº 03/2025

Medidas recomendadas e resultados esperados

MEDIDAS RECOMENDADAS

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES

- ✓ Instituição do Fundo por lei específica
- ✓ Definição das finalidades e fontes de receita
- ✓ Gestão pelo órgão municipal de Proteção e Defesa Civil
- ✓ Agilidade e desburocratização nas ações emergenciais
- ✓ Transparência e controle dos recursos
- ✓ Integração com os instrumentos municipais de planejamento

RESULTADOS

RESULTADO ESPERADO

- ✓ Maior capacidade de resposta aos desastres
- ✓ Agilidade na utilização dos recursos
- ✓ Transparência e controle
- ✓ Melhor planejamento e prevenção
- ✓ Município mais preparado para enfrentar situações de calamidade

Recomendação Administrativa nº 02/2026

Registro de ocorrências de desastres | SISDC e S2iD

POR QUE A RECOMENDAÇÃO?

- ✓ Assimetria entre os registros do SISDC e do S2iD
- ✓ Comprometimento da qualidade dos dados
- ✓ Necessidade de fortalecer a governança da informação

OBJETIVO

- ✓ Registros completos e tempestivos
- ✓ Padronização dos procedimentos
- ✓ Melhor planejamento da Defesa Civil

Recomendação Administrativa nº 02/2026

Do registro permanente à integração federativa da informação

PRINCIPAIS ORIENTAÇÕES

- ✓ Registro permanente das ocorrências
- ✓ Servidores responsáveis
- ✓ Capacitação das equipes
- ✓ Controle de prazos

RESULTADO ESPERADO

- ✓ Dados confiáveis
- ✓ Melhor gestão pública
- ✓ Integração entre Município, Estado e União

O projeto continua...

O projeto já produziu diagnósticos, recomendações e material orientativo, e continua em desenvolvimento.



“O projeto continua produzindo diagnóstico enquanto já induz mudança e dissemina orientação.”

Obrigada!

MPC-PR · Ministério Público de Contas do Paraná

SIGA NOSSAS
PAGINAS



www.mpc.pr.gov.br



[@mpc.pr](https://www.facebook.com/mpc.pr)



[@mpc.pr](https://www.instagram.com/mpc.pr)



[@CanaldoMPCPR](https://www.youtube.com/CanaldoMPCPR)